



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



O amigo do inimigo

A opção do presidente Jair Bolsonaro por Arthur Lira (PP-AL), um dos principais adversários políticos do senador Renan Calheiros e do governador Renan Filho em Alagoas, levou diversos governistas a vetar o nome de Renan para relatar a CPI da Covid. O alagoano está, hoje, na oposição, fez campanha para Fernando Haddad, em 2018, e já declarou a intenção de apoiar Lula em 2022.

O inimigo do inimigo

Se Bolsonaro fizer qualquer gesto de aproximação com Renan, a fim de tentar obter uma postura mais afável do senador, terá problemas com Lira, o homem que tem a chave da gaveta em que os pedidos de impeachment se acumulam.

Se correr, o bicho pega..

A intenção, de uma maioria de líderes, de deixar que a própria CPI defina seu funcionamento ensaia ser o pior dos mundos para o governo. É que os independentes, somados aos oposicionistas, prometem fazer o presidente e o relator. Nesse caso, o governo não ficará com nenhum dos postos importantes da CPI.

... e se ficar, o bicho come

O governo vai tentar deixar a CPI para o futuro, por causa da pandemia, mas essa espera é uma faca de dois gumes. Afinal, quanto mais demorar, mais perto do calendário eleitoral estará o cronograma da comissão parlamentar de inquérito. É mais desgastante para o governo federal e, também, para alguns governadores.



"Deixa, que eu chuto"

Na cesta de problemas que o governo tem para administrar ao longo deste semestre, nenhum é mais urgente do que a sanção do Orçamento, prevista para a próxima semana. Nem mesmo a CPI. E nesse sentido, o mais novo lance relacionado ao Orçamento é um parecer técnico da Câmara que dá ao presidente da Casa, Arthur Lira, condições de manter sua posição, de defender que seja sancionado do jeito que está e, se for o caso, corrigir ao longo do ano, com projetos de lei enviados ao Parlamento. Os pareceres do Executivo, porém, recomendam vetos e colocam o chefe do Planalto na hora da verdade: ou atende à sua equipe econômica, liderada pelo ministro Paulo Guedes, ou agrada à área política.

Em tempo: se a sanção fosse obra do presidente da Câmara, ele não hesitaria um segundo em seguir a orientação técnica da Casa. Já o presidente da República não pode desconsiderar o que diz a sua própria equipe. O tempo está se esgotando, e esse tema é o que mais terá reflexos, seja político, seja econômico, para o futuro do governo. Ao contrário da CPI, em que haverá o confronto de narrativas, as contas públicas chegaram ao ponto em que não há mágica.

Carlos Moura/SCO/STF



CURTIDAS

Ouviu, Moro?/ A frase da ministra Cármen Lúcia (foto), do Supremo Tribunal Federal, de que "plenário não é órgão revisor de turma", é um recado direto ao ex-juiz Sergio Moro. Ela considera que não há espaço para o pleno do STF ver a suspeição do ex-ministro.

Por falar em STF.../ As apostas do PT são de que Lula estará livre para fazer campanha no ano que vem. Aliás, tanto bolsonaristas quanto petistas sonham com essa polarização e já preparam material a respeito.

Campanha 2022 no ar/ Voltou a circular em grupos de WhatsApp uma imagem de Lula em 2018, num ato político em que um casal gay se beija na frente do palco. Sob essa imagem, uma do presidente Jair Bolsonaro em formatura do colégio militar e a inscrição "a escolha é sua".

Um país de luto/ Einhart Jacombe, publicitário da primeira campanha de Ciro Gomes à Presidência da República e que trabalhou nas campanhas de Fernando Henrique Cardoso, é mais uma vítima da covid-19, assim como o deputado José Carlos Schiavinato (PP-PR). Nesse cenário de mais de 360 mil mortes, só mesmo as vacinas para renovarem as esperanças de dias melhores. A antecipação de dois milhões de doses da Pfizer, anunciadas pelo governo, é um alento.

Em ação de improbidade administrativa contra o ex-ministro da Saúde, órgão o responsabiliza por série de omissões e lentidão que teriam contribuído para o colapso hospitalar na capital amazonense, onde ocorreram mortes por falta de oxigênio nas unidades de atendimento

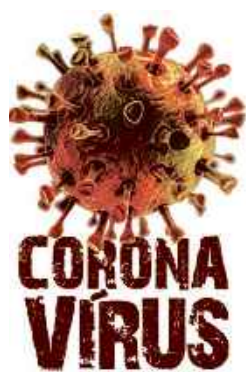
Manaus: MPF acusa Pazuello

» AUGUSTO FERNANDES

» Saiba mais

Apuração no Supremo

O general Eduardo Pazuello deixou o Ministério da Saúde em março, após ser pressionado pela explosão de mortes e internações por covid-19 e a demora da campanha de vacinação. Na ocasião, o então ministro também era investigado em um inquérito no Supremo Tribunal Federal por responsabilidade na crise do sistema de saúde, especialmente em Manaus. Sem foro privilegiado, o caso passou à primeira instância.



Federal do estado. Os procuradores que lideraram a investigação afirmaram que Pazuello e os demais denunciados, diante das informações sobre o recrudescimento da pandemia no Amazonas, deveriam ter elaborado, colocado em prática e monitorado, de imediato e coordenadamente, planejamento capaz de evitar ou minorar os riscos para a saúde pública.

"Entretanto o que se viu foi uma série de ações e omissões ilícitas que, somadas, violaram esses deveres e contribuíram para o descontrole da gestão da pandemia no Amazonas, com o colapso do fornecimento de oxigênio e decorrente óbito por asfixia de pacientes internados", ressalta o documento do MPF.

Atraso

A procuradoria ainda denuncia que Pazuello tomou conhecimento do aumento dos casos da covid-19 no Amazonas desde a semana do Natal, mas que ele só viajou a Manaus em 3 de janeiro. "Em tempo de pandemia, evidencia-se que o ministro não atuou com a celeridade necessária para debelar o novo pico pandêmico. Omitiu-se, portanto, na adoção de medidas com a presteza indispensável", destaca o texto dos procuradores.

Ainda de acordo com a investigação, "esse atraso retardou a avaliação da situação e a adoção de medidas para preparar o sistema de saúde no Amazonas para o novo pico, especialmente com a instalação de novos leitos clínicos e de UTIs com os insumos necessários". "Em outros termos, a demora do ex-ministro em enviar a comitiva ao Amazonas, apesar de todas as evidências de iminente colapso, diminuiu em uma semana o tempo de resposta à pandemia, ampliando o risco sanitário ao qual a população amazonense estava submetida." A reportagem procurou o Ministério da Saúde para comentar o assunto, mas não recebeu resposta até o fechamento desta edição.

O colapso no sistema de saúde de Manaus também será alvo de investigação da CPI da Covid, instalada na terça-feira, no Senado.

Euzivaldo Queiroz/Especial MS



Pazuello em Manaus, há três meses: MPF diz que o então ministro demorou em ir constatar a situação na cidade

No TCU, pedido de investigação

Uma investigação que tem como alvo o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello está em andamento no Tribunal de Contas da União (TCU). Em julgamento, ontem, no plenário da Corte, o ministro Benjamin Zymler, relator de um processo que monitora as medidas adotadas pela pasta no enfrentamento da covid-19, sugeriu que o tribunal apure eventuais omissões do general e seus auxiliares quanto à adoção de planos de comunicação, de testagem e de assistência farmacêutica para a distribuição de insumos e medicamentos.

Zymler se baseou em um relatório produzido pela Secretaria

de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde), do TCU. O documento revelou que o Ministério da Saúde não cumpriu uma série de determinações da Corte para que melhorasse o planejamento estratégico de combate ao novo coronavírus. O parecer da SecexSaúde havia sugerido uma multa a Pazuello pelo desrespeito, que poderia chegar a quase R\$ 68 mil, mas Zymler opinou que a sanção só pode ocorrer após um novo inquérito para apurar se houve omissão do então ministro.

Mesmo assim, o relator do processo criticou falhas do Ministério da Saúde na condução da pandemia, reclamando, por exem-

plu, que a pasta teria modificado regulamentos para excluir a sua responsabilidade de garantir os aparatos médicos necessários ao enfrentamento da crise.

"O recrudescimento da pandemia, a chamada segunda onda, era anunciada e exigiam-se medidas adicionais de prevenção e preparo da estrutura de saúde. Não foi o que aconteceu, entretanto. A taxa de óbitos atualmente vivenciada pelo país pode ser um indicador das consequências da ausência de planejamento", ressaltou Zymler.

Na sessão, houve pedido de vista ao processo, e o tema só voltará à pauta do TCU em maio. (AF)